

O PROBLEMA DO ASPECTO VERBAL: REFLEXÕES SOBRE
ASPECTO E LINGUÍSTICA ESTRUTURALISTA

THE PROBLEM OF THE VERBAL ASPECT: REFLECTIONS
ON THE ASPECT AND STRUCTURALIST LINGUISTIC

Denilson Pereira de Matos
Universidade Federal da Paraíba
denilson2015matos@gmail.com

Amanda Brito de Medeiros Farias
Universidade Federal da Paraíba
amandabmf@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho objetiva apresentar o contexto teórico problemático no qual se configurou a categoria verbal aspecto, enfatizando a questão em suas relações com o estruturalismo linguístico. Para isso, fazemos uma contextualização dos principais estudos aspectuais brasileiros e dos marcos históricos do estudo da categoria, destacando as primeiras asserções aspectuais estruturalistas, bem como os pressupostos da corrente linguística que, segundo Maclennan (1962), interferiram na problemática aspectual, dando a impressão de que uma questão teórica era um problema real da categoria verbal aspecto em si mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Aspecto. Histórico. Estruturalismo. J. Maclennan. Problemática.

ABSTRACT:

This work aims to present the problematic theoretical context in which the verbal category aspect was conceived, emphasizing the question in their relations with the linguistic structuralism. For this purpose, we make a contextualization of the main Brazilian aspectual studies and of the historical mark of the study of the category, highlighting the first structuralist aspectual assertions, as well as the assumptions of the linguistic current that, according to Maclennan (1962), interfered on the aspectual issue, leading to the impression that a theoretical issue was a real problem of the verbal category aspect by itself.

KEY-WORDS: Aspect. Historic. Structuralism. J. Maclennan. Problem.

Introdução

A pesquisa linguística no campo da aspectologia revela uma complexidade surpreendente quando consideramos que o aspecto não é o eixo principal da conjugação verbal das línguas românicas, ou quando observamos a pouca atenção que tem recebido por parte de vários compêndios gramaticais, como percebemos em Cegalla (2000) ou Rocha Lima (2011). O mesmo revela-se em certa disparidade da fortuna crítica dessa categoria em relação à outra da qual é paralela, o tempo. Como campo produtivo para a pesquisa em linguística, Castilho (1968, p.11) salienta que o aspecto deu vazão a uma série de estudos que nem sempre a esclarecem. Por outro lado, são “universos particulares” em relação à configuração geral da categoria, de seus recursos de expressão e quadro de aspectos. Também Maclennan (1962) ressalta que são tão abundantes as teorias sobre o assunto que é possível identificar fatores de caráter diferente da categoria em si mesma, mas que influenciam a sua configuração.

A partir da identificação deste cenário, este trabalho objetiva apresentar o contexto teórico problemático no qual se configurou a categoria verbal aspecto, enfatizando a questão em suas relações com o estruturalismo linguístico. Especificamente, objetivamos apresentar as principais pesquisas brasileiras sobre o aspecto, para dar ao leitor uma visão geral da temática que abordamos; apresentar um histórico dos estudos aspectuais, com destaque para o tratamento estruturalista do aspecto e apresentar a problemática delineada por Maclennan (1962) acerca da influência estruturalista no problema do aspecto, isto é, a presença de matizes semânticos que pareciam não caber na definição da categoria, enquanto esteve delineada no campo da morfologia e da sintaxe.

Para abarcar os matizes estranhos aos níveis linguísticos aos quais o aspecto verbal estava ligado, foi cunhada a definição de *Aktionsart* que abarcava os filigranas de significação encontrados no semantema verbal.

Contudo, para Maclennan (1962), o problema não é da categoria aspecto, porém, do pressuposto linguístico estruturalista que, considerando a imanência linguística, a saber, a língua em si mesma e por si mesma, colocaria como extralinguísticas as nuances de significação que transcendiam os níveis morfológico e sintático e se assentavam no semântico.

Acreditamos que esta proposta adquire relevância por trazer à tona questões influentes na definição de aspecto, explorando um assunto que acaba sendo citado apenas rapidamente em obras linguísticas que se concentram na definição da categoria, em seus recursos de expressão e na formulação de um quadro aspectual. Assim, supomos importante divulgar bases históricas que

podem esclarecer questionamentos atuais, como a relevância do semantema do verbo na investigação aspectual.

Trata-se de um estudo bibliográfico que tem como bases teóricas principais Castilho (1968), Maclennan (1962), Câmara (1980), Travaglia (2006), Costa (1990) e Saussure (2006). Isto posto, comecemos pelo cenário dos estudos aspectuais no Brasil.

1. As principais pesquisas aspectuais brasileiras

Destacaremos aqui os conceitos de aspectos e quadros aspectuais de quatro linguistas: Castilho (1968), Travaglia (2006), Costa (1990) e Câmara (1980). Justificamos a busca e apresentação da conceptualização de Câmara pela importância de seus estudos na descrição e reflexão sobre o português brasileiro. Os três primeiros, por sua vez, constituem uma sucessão temporal nas reflexões sobre aspecto, além de suas pesquisas estarem relacionadas de alguma forma, visto que Castilho (1968) marca os primeiros estudos sobre o aspecto e coordena o trabalho de Costa (1990) aqui citado. Já Costa (1990) comenta os trabalhos de Castilho (1968), bem como o de Travaglia (2006), editado pela primeira vez em 1981.

Comecemos pelo trabalho de Castilho (1968) que, por seu caráter pioneiro, toma a tarefa de dar ao leitor brasileiro uma visão geral sobre vários assuntos relacionados ao aspecto, como um histórico, um quadro aspectual, caracterização dos aspectos, definição das noções aspectuais, etc. Nesse contexto, a definição de aspecto para Castilho (1968, p. 14) “é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. É, pois, a representação espacial do processo.”

Diante do fato de a categoria de tempo representar uma visão subjetiva que tem como ponto de referência o falante, o aspecto considera o processo objetivamente em sua duração, propondo-se a representar o processo ou desenvolvimento da ação e não referenciá-la ou localizá-la em uma linha temporal.

O quadro aspectual de Castilho (1968, p. 51) consiste no seguinte:

Quadro 1: Quadro aspectual de Castilho (1968)

<i>Valores</i>	<i>Aspectos</i>
1. Duração	<i>Imperfectivo</i>
	Inceptivo
	Cursivo
	Terminativo
2. Completamento	<i>Perfectivo</i>
	Pontual
	Resultativo
	Cessativo
3. Repetição	<i>Iterativo</i>
	Iterativo imperfectivo
	Iterativo perfectivo
4. Negação da duração e de completamento	<i>Indeterminado</i>

Fonte: (CASTILHO, 1968, p.51).

O quadro aspectual proposto pelo linguista consiste em uma relação entre valores e aspectos. Assim, o valor duração está relacionado ao aspecto imperfectivo que apresenta as subdivisões inceptivo, cursivo e terminativo; o valor completamento está relacionado ao perfectivo, subdividido em pontual, resultativo e cessativo; o valor repetição assinala as subdivisões iterativo imperfectivo e iterativo perfectivo; e, por último, o valor negação da duração e do completamento refere-se ao aspecto indeterminado.

Devemos atentar principalmente para as duas primeiras noções apresentadas, pois indicam a maneira como o quadro de Castilho (1968) interpreta as situações imperfectivas e perfectivas. Para o primeiro caso, vemos que as situações imperfectivas estão no contexto dos processos durativos. Os aspectos elencados por Castilho (168) decorrem do foco de uma dada situação em certa fase de sua duração, daí a abordagem do início, meio e fim.

No caso do aspecto perfectivo, estamos no contexto da noção de completamento, a qual Castilho (1968) não diferencia da noção de acabamento. Quanto ao primeiro aspecto associado à situação completa, podemos afirmar que, embora não exista uma situação que não possa apresentar uma duração qualquer, as situações perfectivas tendem a ser pontuais por não denotarem duração significativa.

No que diz respeito aos demais aspectos atinentes ao completamento, o resultativo e o cessativo não são consensualmente tidos como aspectos. Travaglia (2006), por exemplo, discorda do fato de estes fenômenos serem colocados como aspectos ou noções aspectuais. É válido salientar que o resultado de uma ação é algo que provavelmente estará fora da ação, o que indica seu desenvolvimento não aspectual, posto que o aspecto refere-se à duração interna de um processo e ao seu desenvolvimento.

O aspecto cessativo, por sua vez, tem uma característica temporal, no que diz respeito a fazer referência a outro ponto de uma situação, de modo que um evento atual faça sentido em relação a outro que acabou. Por outro lado, o cessativo também pode ser um aspecto, quando acentua o sentido de acabado. Por esses motivos, podemos dizer que o quadro aspectual de Castilho (1968) para o perfectivo o caracteriza principalmente pela pontualidade e pelo o acabamento. Ao mesmo tempo, questionamos a colocação da resultatividade como aspecto.

Quanto à Travaglia (2006), vemos que para o linguista o aspecto é uma categoria ligada ao tempo, enquanto ideia geral e abstrata, sem necessária “indicação pelo verbo ou qualquer outro elemento da frase” (TRAVAGLIA, 2006, p. 39). Por outro lado, considerando o tempo como categoria, devemos compreender o momento em que ocorre a situação em estudo como anterior, posterior ou simultâneo à nossa fala, de modo que tenhamos passado, futuro e presente, respectivamente. Vê-se, portanto, que a categoria verbal de tempo se referencia em conformidade com o exterior em um processo dêitico.

O aspecto, diferentemente, é uma categoria verbal não dêitica que se ocupa do tempo interno à situação, definindo-se assim como uma categoria verbal de tempo (ideia geral e abstrata), por meio da qual se pode marcar a “duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação”. (TRAVAGLIA, 2006, p. 40).

Quanto ao quadro aspectual de Travaglia (2006, p. 76), temos:

Quadro 2: Quadro aspectual de Travaglia (2006)

Noções Aspectuais			Aspectos	
I. Duração	1. Duração	A. Contínua	a. Limitada	Durativo
			b. Ilimitada	Indeterminado
		B. Descontínua	a. Limitada	Iterativo
			b. Ilimitada	Habitual
2. Não-duração ou pontualidade			Pontual	
II. Fases	1. Fases de realização	A. Por começar A'. Preste a começar (ao lado do aspecto há uma opção temporal)		Não-começado
		B. Começado ou não-começado		Começado ou não acabado
		C'. Acabado há pouco (ao lado do aspecto há uma opção temporal) C. Acabado		Acabado
	2. Fases de desenvolvimento	A. Início (no ponto de início ou nos primeiros momentos)		Inceptivo
		B. Meio		Cursivo
		C. fim (no ponto de término ou nos últimos momentos)		Terminativo
	3. Fases de Complementamento	A. Completo		Perfectivo
B. Incompleto		Imperfectivo		
Ausência de Noções Aspectuais			Aspecto não-atualizado	

Fonte: (TRAVAGLIA, 2006, p. 76).

Note-se que o quadro aspectual de Travaglia (2006) é detalhado em conformidade com a sua definição de aspecto. Desta forma, traz especificidades quanto ao tipo de duração que é pressuposta em sua definição, além de trazer um número menor de noções aspectuais em relação ao quadro de Castilho (1968). Em detrimento de quatro aspectos subdivididos, temos a postulação de fases do processo ligadas aos aspectos respectivos. Vemos que isso condiz com as palavras finais de sua definição, a saber, a relação entre o aspecto e as fases do processo considerado. Acresce também, positivamente, o fato de constar no quadro a possibilidade de não atualização aspectual, além da colocação do aspecto indeterminado.

Ao partimos para o conceito de aspecto, bem como o quadro configurado por Costa (1990), observamos a conceptualização aspectual dentro de uma categorização de entidades chamadas de primeira, segunda e terceira ordens. As entidades de primeira ordem são representadas por objetos físicos, seres humanos, animais irracionais e seres inanimados; as entidades de segunda ordem são acontecimentos processos e estados e demais ocorrências que possam ser localizadas no tempo; por fim, as entidades de terceira ordem são produtos que nossa mente constrói ao exercitar o raciocínio ou capacidade de atribuir valores e formular juízos sobre algo, de forma que são abstratas.

As três entidades se diferenciam, não só pela sua natureza, mas por apresentarem localização diversa, uma vez que as entidades de primeira ordem são consideradas pela nossa mente como localizadas no espaço, enquanto as de segunda ordem são localizadas no tempo, pois apenas acontecem. As entidades de terceira ordem, exemplificadas pelas proposições, não estão localizadas no tempo, tampouco no espaço.

Em virtude da temática aspectual, são destacadas pela autora as entidades de segunda ordem. Costa (1990) propõe uma caracterização dos processos, atos, atividades, acontecimentos e estados através dos traços durativo, dinâmico, permanente e agente. Quanto ao aspecto, ficam ressaltados dentre as entidades de segunda ordem os processos, as atividades e os estados, posto que comportam o traço + durativo. Por conseguinte, são úteis à compreensão da constituição interna de uma situação e normalmente permitem a atualização da categoria aspecto.

Assim contextualizado, o aspecto é definido como “a categoria linguística que informa se o falante toma em consideração ou não a constituição interna dos fatos enunciados”. (COSTA, 1990, p. 21). A partir desta definição, podemos inferir a prioridade relativa ao aspecto imperfectivo, posto que tende a permitir a visualização do desenvolvimento interno de uma ação, em detrimento do que geralmente ocorre com o perfectivo.

De posse destas informações, vejamos a configuração do que Costa (1990, p. 38) colocou como possibilidades semânticas da categoria aspecto no português brasileiro:

Quadro 3: Quadro aspectual de Costa (1990).

1. <i>Aspecto</i> : categoria linguística que marca a referência ou não à estrutura temporal interna de um fato. Apresenta duas possibilidades:
1.1. <i>Perfectivo</i> : Fato referido como global. Não marcado para as nuances da constituição temporal interna.
1.2. <i>Imperfectivo</i> : Fato referido com marca de sua constituição temporal interna. Semanticamente restringido a lexemas que incluam o traço [+durativo]. Apresenta as seguintes possibilidades:
1.2.1. <i>Imperfectivo em curso</i>
1.2.2. <i>Imperfectivo de fase inicial</i>
1.2.3. <i>Imperfectivo de fase intermediária</i>
1.2.4. <i>Imperfectivo de fase final</i>
1.2.5. <i>Imperfectivo resultativo</i>

Fonte: (COSTA, 1990, p.38).

Inicialmente, notamos o fato de não se tratar de um quadro aspectual, ao menos não com a configuração dos demais citados. Em segundo, vemos a presença de definições no quadro, o que, de certa forma, constava também no quadro de Travaglia (2006), mesmo que de maneira mais pontual.

Por último, observamos que o conceito de aspecto referente à constituição temporal interna de uma situação realmente restringiu a presença de subdivisões do perfectivo, posto que este é considerado como global. Assim, não é possível indicar lapsos de tempo que permitam a análise da constituição temporal interna. Contudo, maior detalhamento é reservado ao imperfectivo que apresenta subdivisões referentes a aspectos contidos nos demais quadros anteriormente citados. São exemplos disso, os aspectos inceptivo, cursivo e terminativo.

Por último, vejamos as proposições aspectuais de Câmara (1980), que são bem mais resumidas que as três que citamos acima, porque, diferente destes estudiosos, a obra do linguista brasileiro não é um livro que trata unicamente da categoria aspecto, embora o aborde.

Feita esta advertência, vejamos primeiramente o conceito de aspecto que Câmara (1980) propõe. Para ele, o aspecto refere-se à maneira de ser da ação, o que em alemão é expresso por *Aktionsart* e foi traduzido para o português, francês e inglês como aspecto. Guardadas, por agora, as polêmicas existentes quanto à tradução do termo, Câmara (1980, p. 141) acrescenta que “trata-se, com efeito, do aspecto por que se apresenta o processo verbal do ponto de vista da sua *duração*.”. Posteriormente, Câmara (1980) faz referência à análise do

tempo interno no aspecto e às subdivisões da duração, uma vez que assinala a consideração do processo verbal em si, sem referenciar passado, presente ou futuro. Prefere citar as fases de desenvolvimento do processo, a saber, início, meio e fim.

Não ocorre a proposição de um quadro aspectual propriamente. Porém, a partir das reflexões de Brugmann, são listados os aspectos pontual, durativo, permansivo, inceptivo, cessativo e resultativo. O aspecto durativo foi subdividido em progressivo, cursivo e frequentativo ou iterativo.

Câmara (2009), no *Dicionário de linguística e gramática*, cita resumidamente, o incoativo, referido ao imperfeito, tendo em vista denotar inacabamento; o conclusivo, relativo ao perfectivo e o aspecto permansivo para designar o evento que está concluído, mas permanece em seus efeitos.

Observamos que o conceito de aspecto (bem como o quadro aspectual do português brasileiro) sofre variação, em conformidade com o estudioso que o tenha pesquisado. Diante desse panorama, optamos por conceituar aspecto através da visão de Travaglia (2006), tendo em vista o caráter abrangente e crítico do seu olhar sobre os demais estudos referentes à temática, de modo que proporciona uma conceituação aspectual que acreditamos ser bastante completa e objetiva quanto às noções de aspecto que abarca.

2. Marcos históricos no estudo aspectual e comentários sobre tempo e aspecto

Castilho (1968) indica que já os estoicos, ao estudarem os tempos, postulavam algumas denominações referentes aos valores não temporais. Optaram por dividir os tempos em dois grupos: um grupo de tempos determinados e outro de tempos indeterminados. Os tempos do primeiro grupo sofreram outra subdivisão que consistia em duas classes distintas.

A primeira comportava o presente e o imperfeito, ambos referentes à duração e atinentes ao desejo de situá-la em diferentes perspectivas temporais, a saber, o presente e o passado. A segunda classe comportava o perfeito, assinalado como aquele que expressa ações acabadas. Segundo Castilho (1968), essas reflexões aspectuais resumem as noções gregas de duração e acabamento, que não mudaram muito no decorrer do tempo quanto à compreensão do aspecto.

Já entre os latinos, destacaram-se os estudos de Varrão em seu *De Língua Latina*, do século IX, no qual já era possível distinguir a ideia de aspecto nas asserções sobre o que chamou de *tempora infecta* e *tempora perfecta*.

No âmbito da gramática comparativa, Georg Curtius insistiu nos valores temporais assinalados pelos estoicos e buscava no verbo grego a noção aspectual fortemente perceptível nas línguas eslavas. Vale salientar que foram estas línguas que, das constituintes do indo-europeu, mais conservaram a ideia de aspecto. Maclennan (1962, p. 28) assinalou a percepção primeva de Curtius, ao discutir a problemática aspectual. Vejamos abaixo o ser raciocínio:

La base para una distinción entre los conceptos de “aspecto” y “tiempo” se encuentra em Curtius al observar este estudioso que el verbo griego antiguo no expresa nociones puramente temporales, sino de índole distinta que la tradición posterior ha venido llamando “aspecto”.

A partir da percepção de Curtius acerca da presença de noções não temporais no verbo grego, notou-se a existência de um valor diferente da categorial temporal, ainda que remetido ao tempo físico. Especificada a existência desse fenômeno particular de tempo, o aspecto, foi possível distingui-lo da categoria temporal, conquanto possa ser observado como categoria paralela a esta. Castilho (1968) indica neste sentido a importância da obra de Curtius intitulada *A formação dos tempos e dos modos em grego e em latim*, datada de 1946. Resta-nos ressaltar apenas duas reflexões em relação ao posicionamento de Curtius, segundo as especificações que seguem:

Duas reflexões devem ser feitas sobre a posição de Curtius em face do problema. Inicialmente, constata-se que concebia o aspecto (térmo que viria a substituir *Zeitart*) como categoria com fundamentação morfológica, mas os autores que se lhe seguiram entenderam-na como categoria semântica, sem morfologia correspondente. Em segundo lugar, nota-se que Curtius não desvinculou do tempo o aspecto, pois *Zeitart* significa “qualidade do tempo”, como já se disse. Modernamente, ambas as categorias são postas em posição, conquanto se admita que coexistam numa mesma forma verbal.
(CASTILHO, 1968, p. 22).

Vemos primeiramente que, em suas pesquisas, Curtius colocava o aspecto como categoria morfológica, quando vários outros estudiosos que se seguiram a ele optaram por observá-lo sob o viés semântico, descartando as possibilidades de formas morfológicas que o representassem, no que se torna perceptível que o lugar do fenômeno aspectual nos níveis linguísticos, neste caso citados o morfológico e o semântico, teve controvérsias em sua delimitação, desde há muito. Inclusive, é na delimitação de tal lugar que foram encontrados problemas

no cerne da configuração aspectual, no que se refere à sua distinção do modo de ação, posto ter este último fenômeno um viés semântico nem sempre admitido com unanimidade, assim como exemplifica a primeira ressalva feita em relação ao posicionamento de Curtius. Voltaremos a esta questão posteriormente, visto que é assunto primordial na problemática delineada por Maclennan (1962), sobre a qual nos propomos a refletir.

Acresce, em segundo lugar, a escolha do estudioso de não desvincular as categorias de aspecto e tempo, comumente colocadas em oposição, mesmo que estejam ambas relacionadas ao tempo físico. Para Curtius, *Zeitart*, isto é, a qualidade do tempo, estava entre os graus do tempo encontrados no verbo, assim como o presente, o passado, e o futuro, no que percebemos que o aspecto não foi desvinculado ou diferenciado do tempo, uma vez que seria um caráter subsidiário de tal categoria. É válido que nos detenhamos por um pouco na relação entre tempo e aspecto.

Segundo a conceituação aspectual de Castilho (1968), o aspecto é uma visão objetiva referente à relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo. Esta objetividade com a qual o autor caracteriza o aspecto é oposta à subjetividade referida ao tempo, posto ser tratado pelo autor como categoria que tem como pontos de referência o próprio falante, o momento em que se desenvolve outro processo e o momento em que o falante está idealmente situado.

Segundo Costa (1990), as categorias aspecto e tempo estão ambas relacionadas ao tempo físico que, em português, é expresso por elas. Assim, para falar de aspecto, devemos fazer algumas observações sobre o tempo, como categoria que lhe é paralela, dentre as demais categorias do verbo.

Costa (1990, p.17) diz que o tempo marca na língua “a posição que os fatos referidos ocupam no tempo, *tomando como ponto de partida o ponto-dêitico da enunciação*”, e pode ser expresso através de morfemas, lexemas e perífrases. Para Câmara (1980), o tempo marca a época de ocorrência de um processo verbal, tomando como referência o momento em que se fala. Portanto, trata-se de uma categoria, primeiramente, dêitica, e subjetiva, uma vez que só fará sentido para o sujeito falante na sua concepção abstrata de tempo como algo ideal que pode ser subdividido tendo como referência a própria pessoa que enuncia.

Tomando a si como referência, o falante poderá considerar os fatos como passados, simultâneos ou posteriores ao momento que vive. Logo, temos três tempos respectivamente: o passado, o presente e o futuro. Costa (1990) explica que uma linha temporal tem um ponto dêitico e pode ser subdividida segundo os três tempos citados, mas não apenas neles.

Dessa forma, em português brasileiro, temos o passado expresso pelo pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pelo mais-que-perfeito. O futuro, por sua vez, pode ser futuro do presente ou do pretérito, por exemplo. Tempos como esses são chamados de relativos e recorrem a mais de um ponto dêitico para marcar a posição de uma situação no percurso temporal.

Mesmo que alguns estudiosos, baseados em teorias enunciativas, questionem o caráter não dêitico do aspecto, é ponto comum nas pesquisas diferenciar aspecto e tempo através da dêixis. O aspecto constitui-se como categoria de tempo não dêitica, referente à realização de um processo, seu desenvolvimento ou fases. A expressão de sua principal oposição se dá através dos aspectos perfectivo e imperfectivo.

Costa (1990) também diferencia as categorias de tempo e aspecto semanticamente, de modo que este aponta para o tempo interno em um processo, enquanto aquele indica tempo externo. A autora postula que as noções semânticas ligadas à categoria de tempo indicam a localização do fato em relação ao momento de enunciação. As noções semânticas aspectuais são diferentes, pois indicam duração, instantaneidade (que entendemos como pontualidade), começo, desenvolvimento e fim.

Câmara (1980), por seu turno, salienta que o tempo é o eixo da conjugação nas línguas românicas e germânicas modernas. Portanto, o português tem o aspecto como categoria subsidiária e, muitas vezes, os estudos aspectuais se restringem às pesquisas sobre perífrases, enquanto formas de expressão do aspecto que acaba sendo secundário em português brasileiro, assim como a categoria de tempo é nas línguas semíticas.

Notemos que essa diferenciação entre o paradigma da conjugação das línguas semíticas e o das línguas românicas mostra que o caráter secundário não é inerente ao aspecto. Apenas é característico de alguns grupos linguísticos, enquanto pode ser produtivo em outros. Para explicar esta diferenciação no status do aspecto entre as línguas, Câmara (1980, p. 146) postula o seguinte:

De qualquer maneira, o critério temporal na estruturação da conjugação assinala que, nas línguas ocidentais modernas, a atenção foi desviada do processo em sua execução, nos aspectos da sua duração, para situá-lo em referência ao momento em que o enuncia o falante.

Em conformidade com a ideia de a estrutura linguística mudar para acompanhar as necessidades humanas de conceptualização do mundo, se as comunidades que estavam em contato com as línguas românicas e germânicas

davam menor atenção à duração ou desenvolvimento de um processo, isso acaba por ser expresso linguisticamente.

A conjugação verbal passa a ser guiada pelo que norteia a conceptualização em dado momento. No caso das línguas das quais derivou o português, passa a ser guiada pela ideia de referenciar um processo de acordo com o momento em que o falante o enuncia. Essa concepção é expressa linguisticamente pela valorização primeira do tempo na conjugação verbal.

Estes argumentos podem justificar a postura de algumas gramáticas tradicionais, como Cegalla (2000), Luft (1989), Rocha Lima (2011), Nicola e Infante (1997) ou Pasquale e Infante (2008), bem como a menor quantidade de estudos sobre aspecto, se comparados às pesquisas sobre a categoria de tempo. Fica assim exemplificada uma nuance da postura de Curtius no século XIX ao não separar tempo e aspecto, além da ratificação da posição subsidiária que vimos Câmara ressaltar anteriormente.

Após estas especificações sobre tempo e aspecto, devemos somar a esta contextualização histórica o papel das escolas linguísticas. Castilho (1968), ao citar a linguística histórica, a subdivide em duas fases relativas ao estudo aspectual: a primeira relata a descoberta em si da categoria aspecto, tendo em vista o fato de Curtius ter sido guiado por uma inspiração comparatista.

Nessa primeira fase, o que temos de concreto sobre as noções aspectuais é uma dupla oposição que consiste no presente oposto ao aoristo e estes dois ao perfeito. A razão desta dupla oposição é o fato de os dois primeiros indicarem processo em desenvolvimento ou em si mesmo, enquanto o terceiro indicaria estado. Este mesmo grupo de oposições é retomado por A. Meillet, com a extensão da caracterização do perfeito como aquele que expressa estados resultantes de situações anteriores ou mesmo de uma ação acabada.

O que se pode resumir acerca desta primeira fase é: “há uma oposição entre presente-aoristo/perfeito admitida por todos os sintaticistas; mais tarde, chegariam os estruturalistas ao mesmo resultado.” (CASTILHO, 1968, p. 30). Ressaltamos que no tópico seguinte, comentaremos a postura estruturalista a fim de exemplificar o tratamento dado por esta teoria linguística à categoria verbal aqui destacada, bem como para contextualizar o problema do aspecto, tendo em vista as relações que Maclennan (1962) sugere entre a escola linguística que se formou a partir das interpretações do que foi divulgado historicamente como o pensamento saussuriano.

A segunda fase corresponde à fixação da tipologia de aspecto. Nesse momento, surgiram dificuldades, uma vez que se buscou a aproximação entre

a oposição grega aoristo/presente e a oposição eslava perfectivo/imperfectivo, do que decorreu uma confusão terminológica. Note-se que a caracterização dos aspectos perfectivo e imperfectivo já não era simplória nesta fase de fixação tipológica.

Em busca de mais informações sobre o histórico dos estudos aspectuais, podemos atentar também para as observações de Câmara (1980) acerca do eixo que as línguas utilizam para a conjugação verbal. O linguista brasileiro explica que em semítico o eixo da conjugação é entre o processo realizado e o processo em realização, ou seja, o paradigma verbal segue os aspectos conclusivo ou permansivo e inconclusivo, correspondentes ao perfectivo e imperfectivo, respectivamente. As línguas africanas bântu e sudanesas têm semelhantemente três aspectos centrais, o cursivo, o permansivo e o resultativo.

Câmara (1980, p. 144) explica que a situação no indo-europeu deve ter sido análoga, pois “é fácil deduzir uma oposição primitiva entre os aspectos durativo, permansivo e pontual.” Como comentamos com Castilho (1968), as gramáticas helênicas reconhecem essas postulações aspectuais sob os nomes de presente, perfeito e aoristo. É interessante notar que Câmara (1980) coloca os aspectos como fundo de tela no qual foi tecida uma variedade dos tempos gregos. O paradigma grego não sofreu grandes mudanças aspectuais, posto que os contrastes primitivos ainda são perceptíveis na oposição entre o pretérito imperfecto e o aoristo.

Na conjugação latina, a distinção aspectual divide as formas verbais em *perfectum* (perfeitas) e *imperfectum* (imperfeitas). O primeiro pode ligar-se morficamente ao perfeito indo-europeu ou ao aoristo, exprimindo ação concluída ou aspecto permansivo. O segundo se aproxima do imperfecto semítico, tendo em vista a visualização do processo em sua realização.

Até a contemporaneidade podemos encontrar o aspecto como eixo da conjugação eslava, o que denota a importância desta categoria para este grupo de línguas e sinaliza a sua relevância para a análise linguística em geral.

Tendo em vista, os objetivos deste estudo, optamos por separar as informações históricas sobre o aspecto, segundo foi tratado pelo estruturalismo linguístico. Vejamos as concepções desta escola linguística sobre a categoria referida e o delineamento da problemática que desejamos apresentar.

3. A problemática de Maclennan (1962): o estruturalismo e o problema do aspecto verbal

3.1. O estruturalismo linguístico em suas primeiras observações sobre o aspecto verbal

Quanto às pesquisas sobre aspecto verbal, no estruturalismo linguístico destacam-se as Escolas de Praga e Copenhague. Segundo Castilho (1968), estas escolas têm pontos de vista geralmente distintos dentro do estruturalismo, apesar de se identificarem com o entendimento da língua como um sistema de unidades solidárias, constituídas pelos contrastes entre seus membros. Em outras palavras, compartilham a observação da língua como um sistema de elementos que se opõem mutuamente e adquirem valor nesse processo.

Para o aspecto verbal, a Escola de Copenhague interpreta a principal oposição da categoria, perfectivo e imperfectivo, fazendo referência a termos identificados como positivo, negativo e neutro. Vejamos:

Os autores filiados à Escola de Copenhague, de um geral mais logicista e apriorista que a de Praga, dizem haver no sistema um termo positivo A, de funções bem delimitadas, um termo negativo B, privado dessa delimitação, podendo mesmo ocupar funções próprias ao termo positivo, e um termo zero C, que tem o condão de não ser nem uma coisa nem outra, mas que pode por vezes assumir valores do termo positivo, pois somente este possui funções claramente delimitadas. (CASTILHO, 1968, p. 35).

Castilho (1968) salienta que Jens Holt foi o primeiro a tentar aplicar este esquema. Para este estudioso, o termo positivo A com funções delimitadas está relacionado ao processo com indicação de finalização, de modo que podemos referi-lo ao perfectivo, assim como podemos assinalar que o termo negativo B será remetido ao processo sem finalização, portanto durativo, no que notamos a imperfectividade. Nesta situação, duas possibilidades devem ser ainda esclarecidas: na primeira, o termo negativo B pode figurar na ambiência do termo positivo A. Nesse caso, o presente, que tende à imperfectividade (negativo B) pode figurar no lugar do perfectivo (positivo A), de forma a identificar-se com a perfectividade. Daí a aproximação de expressões como “escuto” e “tendo escutado”, segundo exemplifica Castilho (1968, p. 35).

Kund Tøgeby, por seu turno, preocupou-se menos em definir o posicionamento de cada elemento no sistema e se ateu ao fundamento geral que as Escolas de Copenhague e Praga compartilhavam. Isto é, trabalhou as relações

entre os elementos do sistema. E fez isso escolhendo três categorias verbais com o objetivo de observá-las em suas relações com advérbios, conjunções ou mesmo o semantema verbal, em busca de delimitar a influência de tais elementos ou classes de palavras nas categorias verbais que investigava. A partir disso Togeby chegou às denominações “extensivo” e “intensivo”, aquele como relativo aos termos que apresentavam certo número de relações possíveis entre categorias e classes e este como termo de relações limitadas. Às primeiras relações, menos determinadas, remeteu a imperfectividade. Já a limitação assinalada pelo termo intensivo relacionou à perfectividade. Para Castilho (1968), a posição binária que assinala extensivo e intensivo como respectivamente ligados ao imperfectivo e ao perfectivo, assemelha-se à visão binária também identificada nas proposições linguísticas da Escola de Praga.

Por exemplo, o princípio da marcação é herdeiro da filosofia praguense e supõe a aproximação de dois ternos submetidos ao contraste binário marcado e não marcado a partir de um conjunto de princípios, como indicado por Cunha, Costa e Cezario (2003).¹ Note-se também os primeiros passos da fonologia de Praga, no que diz respeito à Diacrítica de Trubetzkoy, a saber, o método de confrontar duas particularidades fônicas em busca de unidades capazes de distinguir a “significação intelectual das palavras”, como explica Fontaine (1978).

A oposição marcado e não marcado no contexto aspectual aparece sob as respectivas denominações de termo caracterizado e não caracterizado e é desenvolvida por Martin Sánchez Ruipérez, a partir de colocações anteriores de A. Meillet sobre a oposição perfeito e presente/aoristo. Para Ruipérez, o termo caracterizado porta apenas uma significação e estaria relacionado ao perfectivo, enquanto o não caracterizado tem relações com o presente e o aoristo². Como Castilho (1968) indica que este último está ligado à ação em desenvolvimento, compreendemos a existência de referência ao imperfectivo, mas o linguista não o afirma. Por outro lado, cita a indecisão de Holger Sten quanto a remeter ao termo não marcado ou não caracterizado o presente ou o imperfecto. Segundo Castilho (1968, p. 38), sob essas últimas formulações sobre presente e o aoristo “paira a dificuldade natural desta matéria.” Mesmo assim, o linguista avalia positivamente a contribuição estruturalista e explica que:

¹ O princípio de marcação em sua configuração apenas binária foi questionado por pesquisas como as de Oliveira (2000), sobre orações adjetivas, e Dubois e Votre (2012), especificamente em seu trabalho sobre análise modular e princípios subjacentes ao funcionamento linguístico.

² Em análise que considere a oposição binária entre presente e aoristo, o primeiro será caracterizado e o segundo expressará a não duração e será não caracterizado ou não marcado., segundo explica Castilho (1968).

Não é fácil avaliar os resultados da contribuição estruturalista para o estudo do aspecto; cremos que à parte certa rigidez com que encaram os fatos linguísticos e o tom por vezes excessivamente abstrato de suas considerações, a presença estruturalista neste campo teve um saldo positivo, que foi insistir numa visão totalizadora das categorias verbais, renunciando ao seu estudo atomístico e valorizando os elementos ao lado dos quais o verbo se situa. (CASTILHO, 1968, p. 39).

Começemos por delinear o fato de a concepção estruturalista, ter se baseado em concepções remetidas à Ferdinand Saussure que definiu um objeto para a linguística e preteriu a influência atomista no estudo da linguagem, contribuindo para o desenvolvimento da configuração que permitiu à linguística o *status científico*.

Segundo Câmara (1975), o empreendimento saussuriano surgiu em um momento em que a linguística estava situada em seu primeiro pilar, o estudo histórico.

O estudioso dinamarquês Ramus Rask foi o primeiro a fazer progresso na técnica de comparação histórica entre línguas a partir do estudo *Investigação sobre a Origem do Antigo Nórdico ou Islândês*, trabalho que ganhou o prêmio da Academia Dinamarquesa de Ciências que havia lançado um concurso no qual os concorrentes deveriam fazer uma investigação sobre a origem da antiga língua escandinava. Este empreendimento, que demonstrava o crescimento do interesse pela comparação linguística no século XIX, permitiu que Rask já apresentasse em seus trabalhos as idéias primordiais que deram à comparação histórica das línguas um método científico. Entretanto, tendo em vista o fato de o trabalho de Rask ter sido escrito em dinamarquês, que era uma língua pouco conhecida, não foi publicado até 1818, dois anos após a publicação do trabalho de Franz Bopp sobre o tema, segundo é explicado por Faraco (2005). Com o problema ocorrido com o trabalho de Rask, Bopp acaba por ser considerado o fundador da Ciência histórico - comparativa da linguagem.

Embora Jacob Grimm tenha contribuído grandemente para esta perspectiva, é a influência neogramática que concorre decisivamente para o estabelecimento da linguística neste primeiro pilar histórico. Relacionados com a Universidade de Leipzig, na Alemanha, segundo Faraco (2005) comenta, os neogramáticos eram um grupo de linguistas, fundado em 1878, ano de publicação da revista *Investigações Morfológicas*, da qual Karl Brugmann e Hermann Osthoff eram editores.

Dentre seus principais representantes é importante citar Hermann Paul e a sua famosa obra *Princípios Fundamentais da História da Língua* que delineava

os pontos principais do estudo de base histórica que, segundo Paul, era o único caminho para a cientificidade em linguística. Ressaltamos, então, que o mérito neogramático na linguística está relacionado ao envolvimento na consolidação do estudo da língua em bases históricas.

Saussure (2006, p. 10), ao tratar da gramática comparativa, afirma que ela “foi exclusivamente comparativa, em vez de histórica. Sem dúvida, a comparação constitui condição necessária de toda reconstituição histórica. Mas por si só não permite concluir nada.” Acrescenta ainda que o mérito dos neogramáticos consistiu na colocação dos resultados da comparação em perspectiva histórica, utilizando a gramática comparativa para encadear os fatos em sua ordem natural, isto é, para colocá-los em sucessão histórica, ponto de vista defendido em reação às concepções filosóficas hegelianas de Schleicher e seu consequente naturalismo.

As bases neogramáticas, as quais o próprio Saussure compartilhou inicialmente, ficam questionadas já em seu *Memoir sobre o Sistema Vocálico do Indo-Europeu*, publicado em 1878, quando Saussure completou 21 anos, mas geralmente datado de 1879, tal como afirma Arrivé (2010) ao ressaltar que Saussure foi criticado na Alemanha, especialmente pelo neogramático Osthoff, tendo em vista o caráter sistemático que o genebrino já demonstrava em relação à língua.

Nesse contexto, voltando-se para a linguagem, Saussure (2006, p. 16) percebe que “tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” e “a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante ela é uma instituição atual e um produto do passado”. Isto é, a linguagem comportava a utilização individual do sistema materializada na fala, e o sistema gramatical de base social. Além disso, diante do linguista estava o estudo da linguagem sem especificações que a delimitassem como objeto e um método de pesquisa que se mostrava questionável, posto que até então abarcara apenas a evolução e não a possibilidade de observar o sistema em si mesmo. Saussure explica o dilema:

Dessarte, qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Linguística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. (SAUSSURE, 2006, p. 16).

Daí, dois problemas estão delineados: a) a impossibilidade de escolher um lado da linguagem para estudar sem perder a relevância das particularidades da opção preterida e b) optar por abordar todos os aspectos, de modo a não haver delimitação ou recorte na linguagem em busca de determinar um objeto de estudo para a linguística. Segundo Nóbrega (2013), Saussure resolve ambos os problemas ao salientar que “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as manifestações da linguagem”. Ao escolher uma prioridade, em detrimento de determinar exclusão total, resolve-se o problema de escolher um lado da linguagem e preterir outro, além de escolher um objeto específico, em vez de considerar o aglomerado da linguagem como um todo.

Optando por trabalhar primeiramente a língua, em detrimento da fala ou da linguagem como um todo, Saussure (2006, p. 21) a definiu da seguinte forma:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Com a opção pelo estudo da parte social da linguagem, o sistema de signos e suas regras de funcionamento, cumpre escolher o método de trabalho. Questionado o método somente histórico que priorizava apenas a evolução, segundo defendiam os neogramáticos, coube a Saussure sistematizar as colocações de Anton Marty sobre o estudo descritivo, estabelecendo a prioridade da sincronia sobre a diacronia, segundo Matos e Brito (2010) afirmam. Com essa atitude, os pressupostos saussurianos embasaram a recusa estruturalista ao atomismo, o que Castilho (1968) considerou como positiva contribuição desta escola.

O princípio “do atomismo científico significa que a atenção do cientista se concentra no fato singular e que a universalidade do fato é considerada como o resultado de uma operação de generalização e de abstração.” (COSERIU, 2004, p. 13). Isto é, o atomismo corrente nos desenvolvimentos da gramática comparativa diz respeito à análise de elementos isolados ou singulares com o objetivo de seguir as suas transformações no decorrer do tempo. Do final do século XIX ao início do século XX são produzidas várias visões divergentes em relação ao positivismo, dentre elas a que se opunha ao atomismo por considerar o princípio do sistema ou estrutura da língua, segundo podemos perceber na citação abaixo:

O princípio do atomismo é substituído pelo princípio do sistema ou da estrutura, isto é, o indivíduo passa a ser considerado não de modo isolado, mas inserido numa estrutura mais ampla, num sistema de relações do qual faz parte. Ou, melhor dizendo, afirma-se que não existe conhecimento possível do indivíduo enquanto isolado, mas que ele é conhecido e mesmo percebido unicamente pelas suas relações. (COSERIU, 2004, p. 23).

Numa reação antipositivista, o atomismo é questionado, de forma que o estudo linguístico não prioriza mais analisar a evolução de um elemento singular no tempo, mas em suas relações com o sistema do qual faz parte, como podemos notar nas reflexões de Arrivé (2010, p. 48-49) ao falar de Saussure:

Em Saussure, não existem signos fora dos sistemas que eles mesmos constituem [...] No estabelecimento da semiologia que ele acaba de fazer, evidentemente, é preciso ler a cada vez o nome *signos* como abreviação de *sistema de signos*. E sua vida não é sua evolução no tempo, mas a maneira como eles funcionam “no seio da vida social”.

Logo de início, vemos que o caráter sistemático da língua determina seus elementos constituintes, que não podem ser considerados fora de suas relações com o todo. Para Saussure (2006), a linguística tem lugar no seio de uma ciência geral dos signos, a semiologia, e deveria priorizar a análise dos signos em funcionamento sistemático e não a sua evolução.

Esta mudança em relação ao atomismo foi fundamental para a outra mudança em relação ao evolucionismo. Considerando a língua como um sistema, era possível uma descrição do seu funcionamento em um estado, o que coloca o estudo descritivo como o outro pilar da linguística propriamente dita ao lado do estudo histórico. Assim, Saussure defende a cientificidade negada por Paul à descrição linguística.

Temos, deste modo, a seguinte constatação: “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático de nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções.” (SAUSSURE, 2006, p. 96). Feitas estas explicações sobre o atomismo e sobre a ideia de sistema que substituiu tal concepção e priorizou a sincronia, vejamos quais implicações têm na problemática delimitada por MacLennan (1962), considerando principal a ideia de língua como sistema imanente.

3.2. O problema do aspecto em Maclennan (1962) e a crítica ao estruturalismo

Para Maclennan (1962), a determinação da língua como objeto de estudo imanente, investigado a partir da metodologia que evita o extralinguístico materializado na consideração subsidiária da fala e do método diacrônico, tem implicações outras que interferem diretamente nos problemas que ocorreram na descoberta e configuração da categoria aspectual, tendo em vista influenciarem a desconsideração de matizes essenciais para a conceituação de aspecto, preteridos por serem vistos como extralinguísticos, portanto não cabíveis em uma teoria que prevê imanência. Vejamos como esse estudioso comenta a analogia saussuriana com o xadrez, a partir da qual demonstra sua insatisfação com o conceito de imanência linguística que guiou o estruturalismo.

[...] que tanto en el juego como em la *lengua* estamos ante sistemas de valores a cuyas modificaciones asistimos y que cada valor em ambos planos, tablero y *lengua*, depende de las relaciones contraídas por los diversos términos. Esto, que no era ninguna ocurrencia genial, tenía la suficiente fuerza didáctica para hacer comprender que ni las especulaciones pseudofilosóficas de la desacreditada filosofía del language, ni el atomismo de la filología histórico-comparada agotaban lo que la lengua es. Saussure reivindicaba su autonomía y hacía accesible el camino. Pero lo que debiera de haber quedado como saludable reacción de buen sentido, se consagraba como principio indiscutible para ejercer obstinada dictadura. Se olvidava así que, si bien el juego de ajedrez es un sistema de valores, el fin del juego – como el fin de la lingüística – no es el sistema como tal, sino el mate al rey contrario. Y el jaque definitivo que la lingüística no puede eludir está dirigido hacia la *naturaleza histórica* del language, orden que no tiene formulación cabal ni en Saussure ni en sus epígonos. (MACLENNAN, 1962, p. 11).

A analogia entre jogo de xadrez e a língua, amplamente produtiva em trechos diversos do *Curso de Linguística Geral* (1916), assinala que, em uma partida de xadrez, o observador que tenha assistido a partida em questão desde o princípio não tem vantagem alguma sob o observador que tenha perdido as jogadas anteriores à sua chegada, uma vez que é perfeitamente possível realizar a descrição do estado da partida, ainda que desconhecido o histórico das jogadas já realizadas, de modo que a observação do estado do jogo em si mesmo é suficiente para quem objetiva descrevê-lo.

Da mesma maneira, na língua, a descrição de um estado pode ser realizada se consideradas apenas as relações entre os elementos da língua e suas regras de funcionamento, tal como seria com as peças de xadrez e as regras deste

jogo. Assim, os empreendimentos filosóficos que não objetivam diretamente a língua, porém proposições sobre o pensamento, ou comparações de elementos colocados em perspectiva histórica, como se dava na perspectiva do atomismo, não importam ao que se define como realidade linguística, posto que se foge ao princípio da imanência.

Acentuamos que a postulação de que se deve observar as relações entre elementos no sistema, inicialmente positiva, recai em reação exagerada que enrijece as fronteiras da língua, como se fosse um jogo de xadrez, no qual nada além do que se encontra no tabuleiro tivesse relevância, de modo que o estado momentâneo do jogo fosse um fim em si mesmo. Contudo, as implicações outras da mesma analogia revelam que o fim é o xeque-mate no rei adversário, tal como no caso da linguística o fim não poderia ser uma dada sincronia, mas uma atitude diversa em relação à atenção dispensada à linguística histórica.

Porém, o tipo de exclusão que visou estudar o cerne do fenômeno da linguagem para suprir o que não fora realizado pela especulação filosófica ou pela linguística histórica, enrijece a língua, o que é exemplificado no problema do aspecto. Para Maclennan (1962, p. 18), o aspecto do verbo é “la expresión de la acción em cuanto terminada o em progreso”, a saber, uma definição próxima de acabamento e inacabamento, como respectivos caracterizadores de perfectividade e imperfectividade. Todavia, o aspecto verbal revela também outros matizes que não encontram recursos de expressão na morfologia ou na sintaxe, posto que estão relacionados ao semantema verbal e são tidos como modo de ação e não aspecto. A polêmica entre as duas noções é tocada já por Curtius, quando este prefere investigar o aspecto como categoria morfológica, enquanto outros pesquisadores já consideravam o nível semântico.

As colocações de Castilho (1968, p. 40) remetem ao fato de que o “o conceito de aspecto dependurava-se assim em valores que lhe eram estranhos, mas abria-se uma nova perspectiva de indagações que acabou por desembocar no longo conflito entre aspecto e ‘modo de ação’.” Com exemplificações que retomam a extensão dos estudos aspectuais para além do verbo eslavo, a questão fica explicada no seguinte:

No momento em que os estudos do aspecto deixaram os quadros do eslavo e começaram a ter curso em outros campos, percebeu-se que nestes ora se estava diante de realidades léxicas (pois era o semantema o recipiente da noção aspectual) ora se defrontavam realidades morfológicas (flexões e perífrases). No afã de bem caracterizar essas duas vertentes da noção de aspecto, começou-se a falar de *aspecto* (Al. *Aspekt*) e de modo da ação (Al. *Aktionsart*). (CASTILHO, 1968, p. 40).

O aspecto se manifestaria em flexões e perífrases, contudo, outros valores semânticos não eram descartáveis na análise. Daí, realidades morfológicas estavam ligadas ao aspecto, porém, os valores semânticos passaram a figurar sob o termo “modo de ação”.

Desta forma, para o aspecto, era atribuída uma acepção mais voltada aos níveis morfológico e sintático, enquanto o modo de ação revela “uma compreensão *lato sensu* das noções aspectuais, uma vez que abrange um número ilimitado de possibilidades, englobando e ultrapassando a bipolaridade que caracteriza o aspecto”, segundo Castilho (1968, p. 40). Essa compreensão estende-se no nível semântico e é englobadora da categoria de aspecto, além de diversificada, porque baseada no fato de o semantema verbal ser recipiente da noção aspectual. O aspecto seria revelador dos graus da ação e o modo de ação estaria relacionado à sua natureza que é *aktionsart*.

É relevante indicar que tal entendimento das relações entre aspecto e modo de ação parece inverter o que se entende hierarquicamente dessa relação, uma vez que observamos a possibilidade de noções aspectuais não estarem sob dado aspecto como caracterizadoras, mas revelarem opções que ultrapassam a bipolaridade de uma ação acabada ou em curso, dando proeminência às noções semânticas. Neste sentido, indicamos o modo de ação como possível cenário para o aspecto e não o contrário.

Câmara (1980) e Travaglia (2006) se remetem ao assunto aspecto e modo de ação, mas não se estendem, posto não estar entre seus objetivos fazê-lo. Castilho (1968), como vimos nos trechos transcritos, discute a temática e apresenta a problemática entre esses fenômenos. Esclarece ainda que houve uma confusão no mundo românico quando os franceses traduzem *aktionsart* por aspecto, deixando o termo *aspekt* sem tradução, o que deflagra uma mistura de níveis linguísticos distintos, já que o primeiro termo está no nível semântico e o segundo no nível morfológico. As diferenças que surgiram entre modo de ação e aspecto são superadas a partir da consideração de que o falante se vale dos mais diversos recursos léxicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para expressar seus propósitos comunicativos.

Em comentário sobre os diferentes níveis linguísticos envolvidos na questão, Maclennan (1962, p. 19) diz o seguinte:

El sistema era más fácil de trazar sincrónicamente que en el orden diacrónico; pero no todo se explicaba con la morfología, esto es, con las oposiciones de los temas: Dostál exige un estudio profundo de las *Aktionsarten*, del uso del aspecto y de su estilística, algo que afecta más a la psicología que a la lingüística y que

cae em el ámbito de la semántica. Por estos derroteros se habrá de inclinar la escuela estructuralista, aunque con presupuestos que, la primera vista, no hacen esperar um estúdio sistemático de las *significaciones*. Ni el método comparativo, ni las investigaciones en el campo de la morfología exclusiva enseñaban suficientemente sobre la cuestión.

Maclennan (1962) explica que o verbo eslavo resolve a questão aspectual no nível morfológico, tendo definido o par perfectivo e imperfectivo. Contudo, havia a constatação de matizes de significação que transcendiam esse nível e não eram explicáveis no ambiente de estudos da linguística histórica, tampouco da linguística estrutural. Ainda que estruturalismo renunciasse à perspectiva histórica e preterisse o atomismo, de modo a priorizar o eixo sincrônico, por trabalhar com elementos em oposição sistemática com o teto no eixo morfológico, não poderia abarcar os matizes de significação relativos às *Aktionsarten*, isto é, iteratividade, simultaneidade, duração, etc..

Por isso, os pressupostos das teorias que davam suporte ao estudo linguístico, principalmente no caso do estruturalismo, interferiam na incorporação dos valores semânticos à definição de aspecto, já que a imanência defendida pela escola que se baseou em Saussure tinha influência negativa quanto à inclusão de fatores semânticos na investigação da língua. Desta forma, mantinha-se a dualidade aspecto e modo de ação, enquanto problema na definição da configuração da categoria verbal. Daí a menção de Maclennan (1962) a Dostál que defende o estudo das *Aktionsarten* sob o viés semântico e explica que os pressupostos estruturais e históricos não permitem fazê-lo. Embora Maclennan (1962, p. 22) reconheça a importância do estruturalismo no estudo do aspecto “registra una contradicción entre los postulados de esta escuela y los que se realizan para el aspecto verbal”.

Por esses motivos, Maclennan (1962) contraria a afirmação de que a língua deva ser “considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2006, p. 271) e afirma:

De este modo el saussurianismo afecta no solo a la *lengua*, sino a la *ciencia de la lengua*. Hemos intentado probar en este trabajo que la famosa afirmación final del Cours de linguistique générale es inconsecuente dentro de los principios que la hicieron posible, y que una lingüística de la *lengua* es extra-lingüística también. La metodología ha sido el Problema del Aspecto verbal. (MACLENNAN, 1962, p. 12).

Exposta primeiramente a contrariedade em relação à imanência da língua, note-se que a partir do aspecto é justificada tal rejeição pautada na crítica à questão de preterir fatores tidos como extralinguísticos e que, por isso, são difíceis de encaixar no conceito de aspecto, quando delineado sob o saussuriano. Portanto, a descrição da categoria aspecto torna-se um problema dentro da ideia de língua imanente, tal como defendida pelo estruturalismo. Daí, o problema real não é da categoria verbal, mas dos pressupostos pelos quais ela foi observada, visto que “*hacen que la cuestión del aspcto verbal aparezca a primera vista como algo de naturaleza problemática.*”

Como vimos com Castilho (1968), a ideia de Curtius de considerar o aspecto como categoria morfológica não foi compartilhada por outros estudiosos que a viram também dentro da semântica, de maneira que houve uma dissolução da ideia de opor rigorosamente modo de ação e aspecto, visto que “descobriram ‘aspectos’ que não eram mais que filigranas de significação encontráveis nos verbos: [‘aspecto’] intensivo, diminutivo, desiderativo [...]”. (CASTILHO, 1962, p. 42).

Porém, ao aceitar que os filigranas de significação no aspecto, também foi preciso pensar em um método de investigar os recursos que o expressavam, no que se encontra aporte na metodologia onomasiológica. Embora não desejemos explorar a questão, lembramos que a Onomasilogia “é o estudo do signo a partir do conceito” (CASTILHO, 1968, p.47), o que era mais adequado do que a Semasiologia que parte “das formas para o conceito”. A possibilidade de partir dos conceitos e não das formas, segundo prevê o primeiro tipo de estudo, torna possível incluir o nível semântico mesmo que seus recursos de expressão não tenham representação formal farta. Nessa ambiência, é válido citar o posicionamento de Costa (1990) que já não se atém à polêmica entre modo de ação e aspecto, deixando clara sua posição favorável ao eixo semântico no estudo aspectual. Entretanto, para a autora, é preciso esclarecer os recursos de expressão do aspecto neste caso.

Alega-se que o modo de ação seria concernente a distinções quanto à natureza da entidade de segunda ordem (se um *processo*, se um *estado*, por exemplo), as quais apresentariam no lexema verbal, enquanto ao Aspecto seriam reservados os recursos expressivos relativos sobretudo à morfologia ou à sintaxe. Não me parecem convincentes essas razões. Se se admite para a língua a existência de Aspecto enquanto possibilidade semântica, cabe automaticamente a investigação do (s) recurso (s) que a língua utiliza para a atualização da categoria em causa: se é uma categoria de expressão lexical, morfológica ou sintática, se é categoria nominal, verbal ou da frase, etc. (COSTA, 1990, p. 22-23).

Nota-se que Costa (1990) cita a divisão de níveis que relegaria a noção estritamente aspectual à morfologia e à sintaxe. Todavia, considera que se há possibilidade de estudo aspectual semanticamente, existe também a necessidade de buscar os recursos que estão em voga nesse nível em que o aspecto figura, no que vemos o potencial de buscar mecanismos linguísticos a ele relacionados, de modo a descrever sua influência, em conjunto com os recursos de expressão que figuram em outros níveis.

Considerações finais

Ao iniciarmos nossas pesquisas sobre aspecto verbal no Brasil vimos que a fortuna crítica sobre a temática na área linguística, quando comparada às pesquisas sobre a categoria de tempo, é menor e apresenta certa diversidade dentro do estudo da categoria aspecto, tendo em vista a forma particular como os estudiosos tendem a configurar seus apontamentos sobre o tema. Ainda que, de forma geral, todos concordem com a característica durativa que o aspecto comporta, independente da ênfase que dão a ela ou como consideram suas relações com o acabamento ou completamento das ações.

Todavia, vimos que outros problemas foram importantes na descoberta da noção de aspecto. Assinalamos que primeiramente houve a percepção de noções que transcendiam a temporalidade e chegou-se ao aspecto. Daí percebeu-se matizes que não cabiam na categoria aspecto enquanto realidade morfológica ou sintática, isto é, a presença de outras noções aspectuais que não cabiam no binarismo da perfectividade e imperfectividade e se remetiam a outro nível linguístico, o semântico.

Maclennan (1962) explica que a problemática do aspecto decorre dos pressupostos linguísticos da teoria estruturalista, segundo sua insuficiência para abarcar todas as características da ideia de aspecto, em razão de uma definição de língua que, por ser imanente, deu maior prioridade a realidade morfológica e sintática do aspecto. Tendo em vista a formalidade e rigidez com que foram continuados os estudos saussurianos, torna-se complicado criticar o posicionamento de Maclennan (1962), quando explica que o extralinguístico deve ser observado na ciência da linguagem, principalmente pelo fato de que o que se materializa como extralinguístico nesse caso é o nível semântico.

Mesmo que se tenha promovido uma divisão inicial entre aspecto e *Aktionsart*, para adequar as características da categoria e o relacionamento dos níveis linguísticos, o posicionamento de Curtius em sua observação do aspecto como categoria morfológica não prevaleceu, de forma que os estudos aspectuais

evoluíram com a denominação única de aspecto, notando os diversos eixos da língua em sua descrição, ainda que o aspecto não seja uma categoria verbal com recursos de expressão fartos e facilmente definíveis. Por exemplo, a influência do semantema verbal e da telicidade na determinação de aspectos, pode questionar os recursos de expressão que são geralmente característicos de dados aspectos. Todavia, essa seria outra discussão. Para o objetivo de apresentar o problema do aspecto em suas relações com o estruturalismo, acreditamos que os apontamentos já fornecidos tenham proporcionado uma visão geral adequada.

Referências

- ARRIVÉ, Michel. *Em busca de Ferdinand de Saussure*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1980.
- _____. *História da linguística*. Trad. De Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.
- _____. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 18ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CASTILHO, A. T. de. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília: Alfa, v. 12, 1968, p. 7-135.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2000.
- CEZARIO, M. M; COSTA, M. A. & FURTADO DA CUNHA, M. A. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 29 – 55.
- CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Scipione., 2008.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 2004.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FARIAS, Amanda B. M. *Reflexões sobre a caracterização do perfectivo e do imperfectivo no quadro aspectual do português brasileiro e a transitividade oracional*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2016.

- FONTAINE, Jacqueline. *O Círculo Linguístico de Praga*. Traduzido por João P. Mendes. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- MACLENNAN, L. Jenaro. *El problema del aspecto verbal: estudio critico de sus presupuestos*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.
- MATOS, Denilson Pereira de; BRITO, Amanda de Souza. A visão Saussuriana da linguagem: a partir das análises de Mattoso Câmara (1975). *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, v. 37/38, 2010, p. 163-174.
- NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo : Scipione, 1997.
- NÓBREGA, Mônica. *O ponto de vista do sistema: possibilidade de leitura da linguística geral de Ferdinand de Saussure*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 1ª Ed. Uberlândia: EDUFU, 2006.

Recebido em 1 de outubro de 2016.

Aceito em 15 de novembro de 2016.